



JUCESP PROTOCOLO  
0.224.732/13-4



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.**

CELEBRADO ENTRE

**OAS S.A.**

COMO EMISSORA E

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

\_\_\_\_\_  
DATADO DE  
5 DE MARÇO DE 2013  
\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

- (a) **OAS S.A.** (atual denominação de OAS Engenharia e Participações S.A.), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904, CEP 01228-200, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 14.811.848/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,

- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário").

(a Emissora e o Agente Fiduciário são referidos conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão" e "Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Termos iniciados em letras maiúsculas terão o seguinte significado quando utilizados na presente Escritura de Emissão:

“Agente Fiduciário” tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“ANBIMA” significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

“Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1 desta Escritura de Emissão;

“AGE” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 desta Escritura de Emissão;

“Auditor Independente” significa uma pessoa autorizada pela CVM para a prestação de serviços de auditoria independente;

“BACEN” significa Banco Central do Brasil;

“Banco Liquidante” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7 desta Escritura de Emissão;

“CETIP” significa a CETIP S.A. - Mercados Organizados;

“CETIP21” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.5.1 desta Escritura de Emissão;

“CNPJ/MF” tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“Código ANBIMA” significa o “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”;

“Código Civil” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“Código de Processo Civil” significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;

“Comunicação de Convocação de AGD” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.4 desta Escritura de Emissão;

“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.13.1 desta Escritura de Emissão;

“Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.12.1. (i) desta Escritura de Emissão.

“Comunicação de Ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.2 desta Escritura de Emissão;

“Contrato de Distribuição” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.1 desta Escritura de Emissão;

“Coordenador” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1.1 desta Escritura de Emissão;

“CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários;

“Data de Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.2 desta Escritura de Emissão;

“Data de Pagamento de Remuneração” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2.2 desta Escritura de Emissão;

“Data de Vencimento” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.7 desta Escritura de Emissão;

“Debêntures” significa as debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas por meio da presente Escritura de Emissão;

“Debêntures em Circulação” tem o significado que lhe é atribuído no item 7.6 desta Escritura de Emissão;

“Debenturistas” significa, conjuntamente, os titulares das Debêntures;

“Dia Útil” tem o significado que lhe é atribuído no item 10.2 desta Escritura de Emissão;

“Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“Emissora” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;

“Encargos Moratórios” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.16 desta Escritura de Emissão;

“Escritura de Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo do presente instrumento;

“Escriturador Mandatário” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7 desta Escritura de Emissão;

“Grupo Econômico” significa o controlador, sociedades controladas, coligadas e sociedades sob controle comum dos Debenturistas ou, caso qualquer um dos Debenturistas seja um veículo de investimento, aqueles que sejam investidores diretos ou indiretos de tal veículo, na Data de Emissão;

“IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

“Instrução CVM 28” significa a Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;

“Instrução CVM 358” significa a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“Instrução CVM 409” significa a Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;

“Instrução CVM 476” significa a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;

“Investidores Qualificados” tem o significado que lhe é atribuído no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476;

“JUCESP” significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;

“MDA” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.5.1 desta Escritura de Emissão;

“Notificação de Vencimento Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.4.2. desta Escritura de Emissão;

“Oferta Restrita” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2.1 desta Escritura de Emissão;

“Partes” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo da presente Escritura de Emissão;

“Remuneração” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2. desta Escritura de Emissão;

“Resgate Antecipado Facultativo” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.13.1. desta Escritura de Emissão;

“Resgate Antecipado Obrigatório” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.3. desta Escritura de Emissão;

“SISBACEN” significa o sistema de informações do BACEN;

“Valor Total da Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.2 desta Escritura de Emissão;

“Valor Nominal Unitário” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.1 desta Escritura de Emissão;

“Vencimento Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.4 desta Escritura de Emissão;

“Vencimento Antecipado Automático” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.3 desta Escritura de Emissão; e

“Vencimento Antecipado Não Automático” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.4 desta Escritura de Emissão.

1.2. Termos definidos no singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural e vice-versa.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DAS AUTORIZAÇÕES E REQUISITOS**

### **2.1. Autorizações Societárias**

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 4 de março de 2013, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e a realização da Oferta Restrita ("AGE").

### **2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA**

2.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

2.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante (i) a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e (ii) a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA.

### **2.3. Registro na JUCESP e Publicação**

2.3.1. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCESP**

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original dos documentos registrados nos termos deste item 2.4 no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro.

### **2.5. Registro para Distribuição e Negociação**

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e considerando que a Emissora esteja em dia com as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende (i) a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria de construção civil e pesada; inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras; (ii) importação e exportação em geral; (iii) compra e venda de materiais, máquinas e equipamentos; (iv) compra e venda de imóveis sem corretagem; (v) locação de bens móveis; (vi) aproveitamento e exploração de jazidas minerais; (vii) serviços de dragagem e transporte/navegação marítima, fluvial e lacustre; (viii) manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; (ix) realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços de tecnologia industrial básica, assistência técnica e transferência de tecnologia, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de Produto Estratégico de Defesa no País, consoante definição da Lei nº 12.598/12, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades supracitadas; e (x) participação como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no exterior de qualquer ramo, podendo, inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e abrir novos estabelecimentos, sucursais e filiais em qualquer localidade do território nacional e no exterior.

#### **3.2. Valor Total da Emissão**



O valor total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, será o valor equivalente, em reais, a US\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de dólares norte-americanos) ("Valor Total da Emissão"), considerada a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), correspondente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Emissão, sendo que, após a subscrição e integralização das Debêntures, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão aditamento à presente Escritura de Emissão com o objetivo de refletir o Valor Total da Emissão em reais, que será apurado considerando a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), correspondente ao Dia Útil imediatamente anterior à data de subscrição e integralização das Debêntures.

### **3.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 330.000 (trezentas e trinta mil) Debêntures.

### **3.4. Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Destinação de Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Emissão terão, aproximadamente, a seguinte destinação: (i) 90% a 95% no refinanciamento do endividamento corporativo de curto prazo da Emissora, da Construtora OAS S/A, e/ou suas subsidiárias, com vencimentos em 2012 e 2013, e do endividamento de longo prazo da Emissora, da Construtora OAS S/A, e/ou suas subsidiárias, com vencimento no primeiro semestre de 2014, e (ii) 5% a 10% serão destinados para financiar o capital próprio a ser aportados em projetos da Emissora, da Construtora OAS S/A e/ou suas subsidiárias.

### **3.6. Número da Emissão**

Esta Escritura de Emissão representa a 7ª (sétima) emissão de Debêntures da Emissora.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão será o **Banco Bradesco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", respectivamente), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços previstos neste item.

### 3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA QUARTA DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação do **Banco Santander (Brasil) S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, Bloco A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Coordenador"), sob o regime de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, sob o Regime de Melhores Esforços, da 7ª (sétima) Emissão da OAS S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida ao Coordenador a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados. Não será permitida a busca de Investidores Qualificados por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula e no Contrato de Distribuição.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação nos mercados regulamentados previstas na legislação aplicável, conforme disposto no item 2.5.2. acima, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de março de 2013 ("Data de Emissão").

## **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será o valor equivalente, em reais, a US\$ 1.000,00 (um mil dólares norte-americanos) ("Valor Nominal Unitário"), considerada a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), correspondente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Emissão, sendo que, após a subscrição e integralização das Debêntures, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarão aditamento à presente Escritura de Emissão com o objetivo de refletir o Valor Nominal Unitário em reais, que será apurado considerando a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível

no SISBACEN (transação PTAX800), correspondente ao Dia Útil imediatamente anterior à data de subscrição e integralização das Debêntures.

4.3.2. Para os efeitos do artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476, cada Investidor Qualificado deverá subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, o montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em Debêntures.

#### **4.4. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.4.3. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie subordinada.

#### **4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas, em uma única data, e integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos e as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses e 5 (cinco) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2018 ("Data de Vencimento").

#### **4.8. Amortização**

O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado na Data de Vencimento.

#### **4.9. Atualização do Valor Nominal Unitário e Remuneração**

4.9.1. O Valor Nominal Unitário será atualizado pelo valor da cotação da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), conforme fórmula abaixo descrita, e o produto da atualização agregar-se-á ao Valor Nominal Unitário para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão.

4.9.1.1. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário (Valor Nominal Unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator resultante da variação do dólar comercial, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left( \frac{US_n}{US_0} \right)$$

onde:

USn = Valor da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração, à Data de Vencimento, à Data do Resgate Antecipado Obrigatório, à Data do Resgate Antecipado Facultativo ou à data de cálculo,

conforme o caso, informado com 4 (quatro) casas decimais.

$US_0$  = Valor da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Emissão, informado com 4 (quatro) casas decimais.

4.9.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800) quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a taxa de câmbio adotada pela BM&FBOVESPA para seus Contratos Futuros de Cupom Cambial, ou seus similares.

4.9.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação pelo BACEN da taxa de Câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, na forma descrita no item 4.9.1.2 acima, por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a última taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro para fins do disposto nesta Cláusula.

4.9.1.4. Caso, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contatos da data da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.1.3. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro entre a Emissora e os Debenturistas, a Emissora deverá realizar o resgate da totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento.

4.9.2. A Remuneração contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, equivalentes a 8,85% (oito inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, e será calculada de forma linear *pro rata temporis* por dias corridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado desde a Data de Emissão ou, conforme o caso, a última Data de Pagamento de Remuneração,

até a próxima Data de Pagamento de Remuneração ou Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório ou a Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso.

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times FatorJuros$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[ \left( \frac{taxa}{100} \right) \times \frac{n}{360} \times \frac{DP}{DT} \right]$$

onde:

- taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- n = número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP = número de dias corridos entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT = número de dias corridos entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

4.9.2.2. A Remuneração será paga em 11 (onze) parcelas semestrais e consecutivas, nas datas indicadas na tabela abaixo ("Datas de Pagamento de Remuneração"):

Número da Parcela	Data de Pagamento de Remuneração
1	15 de abril de 2013
2	15 de outubro de 2013

<b>Número da Parcela</b>	<b>Data de Pagamento de Remuneração</b>
3	14 de abril de 2014
4	14 de outubro de 2014
5	14 de abril de 2015
6	14 de outubro de 2015
7	13 de abril de 2016
8	13 de outubro de 2016
9	12 de abril de 2017
10	13 de outubro de 2017
11	16 de março de 2018

4.9.2.3. Farão jus à Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento de Remuneração ou à Data de Vencimento, ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório ou a Resgate Antecipado Facultativo.

#### **4.10. Repactuação**

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

4.11.2. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, independentemente de aprovação dos Debenturistas, com o objetivo de refletir o Valor Total da Emissão, bem como o Valor Nominal Unitário, em reais, a ser apurado conforme previsto nos itens 3.2 e 4.3.1, respectivamente.

4.11.3. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após autorização dos Debenturistas, se aplicável, e, posteriormente, arquivados na JUCESP.

#### **4.12. Resgate Antecipado Obrigatório**

4.12.1. Na hipótese da ocorrência de eventos extraordinários no exterior que acarretem mudança adversa relevante (i) na legislação tributária e/ou regulatória em vigor no Brasil e/ou no exterior, ou na interpretação dada a tal legislação pelas respectivas autoridades, que afetem de forma material os termos e condições de



operações contratadas em dólares norte-americanos entre, de um lado, os Debenturistas e/ou quaisquer entidades pertencentes ao Grupo Econômico e, de outro lado, a Emissora e/ou as suas subsidiárias; e/ou (ii) nas condições econômico-financeiras dos Debenturistas e/ou de quaisquer entidades pertencentes ao Grupo Econômico, incluindo, mas não se limitando, a mudança na percepção da classificação de risco dos Debenturistas e/ou de quaisquer entidades pertencentes ao Grupo Econômico, os Debenturistas representantes de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação poderão solicitar, a seu exclusivo critério, dentro do prazo de 35 (trinta e cinco) dias contado da data da ocorrência de tais eventos extraordinários, que a Emissora realize o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"). O Resgate Antecipado Obrigatório será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada à Emissora e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 6 (seis) Dias Úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório, incluindo: (a) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório"); (b) o Preço de Resgate (conforme abaixo definido); e (c) as demais informações consideradas relevantes pelos Debenturistas para conhecimento da Emissora; e
- (ii) na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório, o valor a ser pago aos Debenturistas será calculado de acordo com a fórmula a seguir ("Preço de Resgate"):

$$VNa \times \left\{ \sum_{i=1}^n \left[ \frac{\left( 1 + \frac{X\% \times p_i}{360} \right)}{\left( 1 + \frac{V\% \times p_c}{360} \right)} - 1 \right] + 1 \right\}$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

X% = juros remuneratórios da Debênture, em dólares, equivalentes a 8,85% (oito inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

$P_i$  = prazo em dias corridos de cada parcela semestral da Remuneração das Debêntures, cuja Data de Pagamento da Remuneração ainda não tenha ocorrido.

$V\%$  = taxa percentual expressa ao ano ("Taxa de Desconto"), base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, que corresponderá à soma linear (i) da taxa válida para a Data do Resgate Antecipado Obrigatório, referenciada nos Contratos Futuros de Cupom Cambial negociados na BM&F, para cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures; e (ii) de uma sobretaxa (*spread*) de 5,13% (cinco inteiros e treze centésimos por cento) ao ano.

$P_c$  = prazo em dias corridos remanescente de cada parcela semestral de pagamento da Remuneração das Debêntures, cuja Data de Pagamento da Remuneração ainda não tenha ocorrido.

$n$  = número de parcelas semestrais de Remuneração das Debêntures remanescentes até a Data de Vencimento.

4.12.2. Na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório, o pagamento a que os Debenturistas fizerem jus deverá ser efetuado em moeda corrente nacional na Data do Resgate Antecipado Obrigatório. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório deverão ser liquidadas em uma única data e canceladas posteriormente pela Emissora.

#### **4.13. Resgate Antecipado Facultativo**

4.13.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer dos eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante comunicação enviada aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 1 (um) Dia Útil contado da Comunicação de Ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado ou da Comunicação de Convocação de AGD (em conjunto, "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, pelo Preço de Resgate ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.13.2. Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, o pagamento a que os Debenturistas fizerem jus deverá ser efetuado em moeda corrente nacional dentro do prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contado da Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser liquidadas em uma única data e canceladas posteriormente pela Emissora.

#### **4.14. Vencimento Antecipado**

4.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima e no item 4.14.4.3 abaixo, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, poderão declarar, antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir, mediante o envio da Notificação de Vencimento Antecipado, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) caso provem-se falsas ou revelem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (iii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iv) decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora em favor dos Debenturistas e/ou de quaisquer entidades pertencentes ao Grupo Econômico;
- (v) não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas e/ou de quaisquer entidades pertencentes ao Grupo Econômico, nas respectivas datas de vencimento, que não seja devidamente sanada no prazo de cura específico;
- (vi) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis;
- (vii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- (viii) ocorrência de eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora de cumprir com obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
- (ix) inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura estabelecido no contrato inadimplido, (a) de qualquer obrigação financeira da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; ou (b) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no respectivo prazo de cura, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (x) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, conforme o caso; (b) o protesto foi cancelado ou susinado; ou (c) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (xi) não cumprimento de uma ou mais sentenças arbitrais ou decisões judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, incluindo execuções fiscais, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (xii) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, for comprovado que (a) houve contestação ou medida suspensiva de exigibilidade, ou (b) foi prestada garantia, desde que esta garantia não afete ou onere os bens da Emissora nos termos da presente alínea;
- (xiii) autuações por órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto se tais situações (a) forem contestadas no prazo legal; (b) tiverem sido efetuadas por erro ou má-fé, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (c) forem canceladas;

- (xiv) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, para alterar substancialmente ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas;
- (xv) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Emissora; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o controle societário efetivo da Emissora
- (xvi) se as obrigações de pagar da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas subordinadas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xvii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora; e
- (xix) ordem judicial ou determinação legal ou regulamentar, proveniente de órgãos governamentais, determinando o bloqueio judicial, penhora *online* e/ou outra constrição de qualquer natureza, de conta corrente da Emissora e/ou de suas subsidiárias que cause prejuízos e/ou afete a habilidade da Emissora de realizar movimentações financeiras e/ou bancários, de montante superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

4.14.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas alíneas acima, comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas ("Comunicação de Ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado"). O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista neste item 4.14.2. não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula Quarta.

4.14.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “ii”, “iii”, “iv”, “v”, “xi” e “xix” do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação (“Vencimento Antecipado Automático”).

4.14.4. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas “i”, “vi”, “vii”, “viii”, “ix”, “x”, “xii”, “xiii”, “xiv”, “xv”, “xvi”, “xvii” e “xviii” do item 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, em até 1 (um) Dia Útil contado da data da ciência da ocorrência dos eventos descritos nas alíneas acima elencadas e/ou da Comunicação de Ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures (“Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com o “Vencimento Antecipado Automático”, “Vencimento Antecipado”). O Agente Fiduciário se compromete a comunicar a Emissora sobre o dia e o local em que tal Assembleia Geral de Debenturistas será realizada quando da publicação da convocação acima mencionada ou, na ausência de referida publicação, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas em questão (“Comunicação de Convocação de AGD”).

4.14.4.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.4 acima, que será instalada observado o quorum previsto nesta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, sendo certo que a não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.14.4.2. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a qual ocorrerá mediante notificação de vencimento antecipado a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante nesta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento (“Notificação de Vencimento Antecipado”), a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis

contados da data em que for declarado o Vencimento Antecipado Não Automático. As Debêntures e os demais valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos deste item 4.14.4.2. serão pagas em moeda corrente nacional, em uma única data.

4.14.4.3. A decretação do vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 4.14.4.2. acima somente será válida e somente produzirá efeito após o decurso do prazo para exercício do direito de Resgate Antecipado Facultativo ou, caso tal direito seja exercido, para o pagamento do Preço de Resgate. Dessa forma, caso a Assembleia Geral de Debenturistas venha a decretar o vencimento antecipado das Debêntures antes do término dos prazos acima mencionados, uma vez verificado o pagamento do Preço de Resgate, tal Assembleia Geral de Debenturistas perderá o seu objeto e, portanto, será cancelada

#### **4.15. Aquisição Facultativa**

Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

#### **4.16. Multa e Juros Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").

#### **4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

O não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

#### **4.18. Forma e Local de Pagamento**

4.18.1. Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus, inclusive aqueles decorrentes do disposto nos itens 4.12, 4.13 e 4.14 acima, deverão ser efetuados em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.18.2. As Debêntures que estiverem, no momento do pagamento, custodiadas eletronicamente na CETIP21 serão pagas conforme os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora.

#### **4.19. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.20. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A publicação do referido



“Aviso aos Debenturistas” poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

## **CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópias das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora referentes a tal exercício social, auditadas por Auditor Independente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM; e (ii) declaração assinada pelo representante da Emissora, com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão;
- (ii) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM 358, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração (se aplicável) da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (iv) em até 10 (dez) dias após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
- (v) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação à não renovação, cancelamento, revogação ou

suspensão das autorizações e licenças previstas no item 4.14.1, alínea “xviii” acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento

- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (vii) vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP em até 5 (cinco) dias contados a partir da respectiva data de arquivamento;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (d) em até 15 (quinze) dias após a sua verificação, notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras preparadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (e) em até 15 (quinze) dias após a sua verificação, comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente,

comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (h) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (i) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (j) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o Auditor Independente;
- (k) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (m) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
- (n) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (o) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (p) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por Auditor Independente;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do Auditor Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados na alínea "iii" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou CETIP.

5.2. Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

- (a) publicação de relatórios, editais, atas, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável, se for o caso;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

- (c) despesas cartorárias e postais necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (d) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) despesas de viagem, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

#### **CLÁUSULA SEXTA DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, conforme qualificada no Preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nos documentos que foram disponibilizados pela Emissora;
- (j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da OAS Empreendimentos S.A. ("2ª Emissão da OAS Empreendimentos"), com vencimento em 15 de julho de 2014, em que foram emitidas 6.000 (seis mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da OAS Empreendimentos são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de junho de 2013, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00

(duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Construtora OAS S.A. (anteriormente denominada Construtora OAS Ltda.), conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("6ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 8 de março de 2014, em que foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, na respectiva data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foram verificados qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Construtora OAS S.A. (anteriormente denominada Construtora OAS Ltda.), conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) em contraprestação aos serviços prestados nos termos do presente instrumento, a Emissora pagará ao Agente Fiduciário parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para o desempenho ordinário dos serviços de Agente Fiduciário aqui previstos, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;
- (b) as parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);

- (c) as parcelas citadas no inciso I da presente cláusula 6.4 serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (f) as remunerações não incluem as despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditora na garantia concedida e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- (g) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante



apresentação dos respectivos comprovantes de despesa. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- (h) eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário ou alteração relevante nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, nos termos do item 4.18 acima, às expensas da mesma;
- (i) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive o organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
- (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (viii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (a) denominação da companhia emissora;
  - (b) valor da emissão;
  - (c) quantidade de debêntures emitidas;
  - (d) espécie;
  - (e) prazo de vencimento das debêntures;
  - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e

- (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (k) divulgar as informações referidas na alínea “x” do item (j) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea “j” anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na CETIP e na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, o qual será calculado pela Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições da presente Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a Remuneração e os acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM

poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.4. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão.

6.7.4.1. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.4.2. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito



cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.4.2. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em Circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada.

7.5. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures ou às Datas de Pagamento da Remuneração, (ii) datas ou percentuais de amortização das Debêntures; (iii) ao quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas prevista nesta Escritura de Emissão; ou (iv) às hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório, Resgate Antecipado Facultativo e Vencimento Antecipado descritas nos itens 4.12. 4.13. e 4.14 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, bem como pela Emissora.

7.5.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.6. Para os fins da presente Escritura de Emissão, para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores ou de qualquer de suas subsidiárias



ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou

sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública de valores mobiliários da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e

- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.

#### **CLÁUSULA NONA DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) **Se para a Emissora:**  
**OAS S.A.**

Avenida Angélica, n°s 2.330/2.346/2.364, 7º andar, sala 720  
São Paulo, SP  
At. Sr. Diego Barreto  
CEP: 01228-200  
Telefone: (11) 2124-1305  
Fac-símile: (11) 2124-1293  
Correio Eletrônico: diego.barreto@oas.com

- (ii) **se para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22640-102  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

CEP: 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: juridico@pentagonotrustee.com.br /

backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) **se para o Banco Liquidante e/ou ao Escriturador Mandatário:  
Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar  
Osasco – SP

CEP: 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza/ Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911/ (11) 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br/

4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) **Para a CETIP:  
CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais

partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. Os avisos, comunicações ou notificações enviados nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão considerados plenamente eficazes se entregues às pessoas descritas no item 9.1 acima.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Para os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, considera-se como "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional.

10.3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto quando expressamente indicado de outra forma nesta Escritura de Emissão.

10.8. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes. Todos os aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser registrados nas juntas comerciais competentes, de acordo com o artigo 62, inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.


\*\*\*\*\*

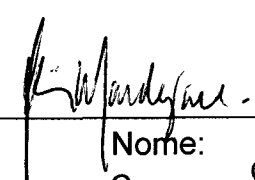
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

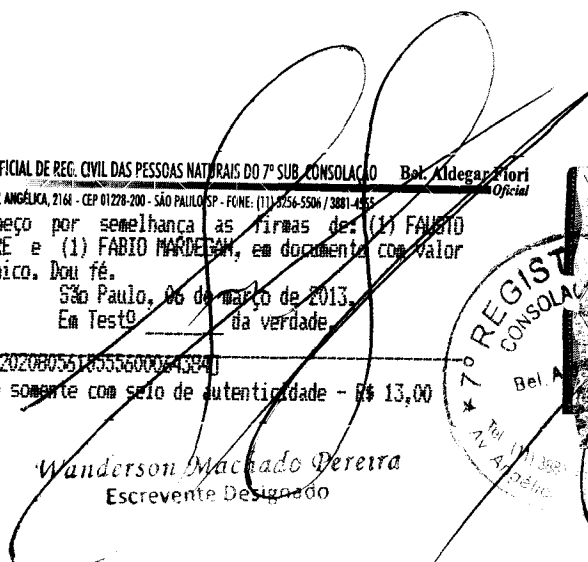
São Paulo, 5 de março de 2013.

Página 1/3 de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 5 de março de 2013.

**OAS S.A.**

  
Nome: **FAUSTO VASSERE**  
Cargo: **LÍDER DE TESOUREARIA**  
CPF: **143.353.298-06**

  
Nome: **Fábio Mardegan**  
Cargo: **GERENTE DE TESOUREARIA**  
CPF: **066.970.136/05**

  
Wanderson Machado Pereira  
Escrivente Designado

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 7º SUB. CONSOLACAO Bel. Aldegama Tori  
AV. ANGÉLICA, 2164 - CEP 01228-200 - SÃO PAULO SP - FONE: (11) 9556-5506 / 3881-4555  
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) FAUSTO VASSERE e (1) FÁBIO MARDEGAN, em documento com valor econômico. Dou fé.  
São Paulo, 06 de março de 2013.  
Em Teste da verdade  
Cód. [2020805518555600064394]  
Válido somente com selo de autenticidade - R\$ 13,00

7º REGISTRO  
CONSOLACAO  
Bel. A  
Tel. 11 9556-5506  
Aldegama Tori

Colegiado Notarial do Brasil  
1834AA244963  
Colegiado Notarial do Brasil  
1834AA244962

Página 2/3 de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 5 de março de 2013.



## PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Silas Santos de Amorim  
Cargo: Procurador

**12º TABELÃO de NOTAS**  
BEL HOMERO SANTIL - TABELÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS  
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
Reconheço por semelhança a firma: SILAS SANTOS DE AMORIM  
, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.  
São Paulo, 07 de Março de 2013  
Em testemunho da verdade.  
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada  
1303071134284 Firms:R\$ 6,50; Total:R\$ 6,50

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO  
Al. Santos, 1470  
Elaine Xavier Fialho  
Escrevente Autorizada

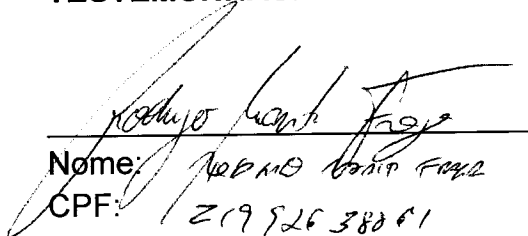



VALIDO SOMENTE C. SELLO DE AUTENTICACION



Página 3/3 de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS S.A", celebrado em 5 de março de 2013.

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: ROBERTO CARLOS FRAZZ  
CPF: 219.826.380-61

  
Nome: LUCIA MARIA R. D. RODRIGUES  
CPF: 336.482.858-78  
R. 346 DE SÃO JOSE 555 P/130

